

HABEAS CORPUS Nº 570.483 - SP (2020/0079413-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LUCIANO FERNANDES RIBEIRO
ADVOGADO : LUCIANO FERNANDES RIBEIRO - SP436108
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADALBERTO SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no HC n. 2004027-94.2020.8.26.0000.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime de **roubo circunstanciado** e **sequestro em cárcere privado**, em custódia preventiva. Aponta, ainda, excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal e invoca as recomendações voltadas à proteção dos efeitos da pandemia do coronavírus para ser libertado.

Indefiro o pedido liminar.

Em análise perfunctória - inerente a esta fase processual -, noto que, ao converter o flagrante em prisão preventiva, o Juízo de primeiro grau ressaltou que "após realizar a entrega de adubos naquela cidade, Rosinei não mais atendeu a ligações e nem mensagens de rastreamento e que saiu de sua rota. Informaram que essas informações foram transmitidas pela seguradora de veículo, a qual solicitou que, caso o caminhão fosse abordado conduzido por outra pessoa, que não fosse Rosinei, o mesmo provavelmente teria sido alvo de roubo, uma vez que **Rosinei se encontra desaparecido**". Além disso, o *decisum* em exame consignou que "que referida pessoa **faria um depósito bancário no valor de R\$2.500,00 para o indiciado pegar o caminhão em cubatão, em um posto de combustíveis**, cujo nome desconhece, e levá-lo até Ponta Porã/MS, deixando em um posto na entrada daquela cidade, cujo nome também desconhece e para uma pessoa desconhecida" (fl. 16, grifei).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos**

autos, para justificar a custódia preventiva do réu, diante do *modus operandi* empregado na prática dos delitos.

Em relação ao excesso de prazo, constato, de início, que o pleito da defesa não foi analisado pelo Tribunal de origem, o que impede a apreciação dessas questões diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida **supressão de instância**.

Por fim, o argumento acerca da necessidade de imposição de medidas cautelares diversas, em razão da pandemia de Covid-19, **não foi levado à apreciação das instâncias antecedentes**, o que impediu a sua análise diretamente pelo Tribunal estadual e, conseqüentemente, por esta Corte Superior, sob pena de, também, incidir em indevida supressão.

É certo de que já me manifestei em recentes oportunidades que, ante a crise mundial do coronavírus e, especialmente, a iminente gravidade do quadro nacional, intervenções e atitudes mais ousadas são demandadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário, sendo apropriado o exame da manutenção da medida mais gravosa com outro olhar; porém, sempre com ressalva quanto à necessidade inarredável da segregação preventiva, sobretudo nos casos de crimes cometidos com particular violência ou gravidade.

De qualquer modo, a par do cenário indicado, entendo que as instâncias ordinárias têm maiores condições de analisar a alegada situação de risco frente à nova realidade, por estarem mais próximos da situação carcerária e das medidas adotadas pelas autoridades da área de segurança e de saúde da localidade onde o paciente encontra-se custodiado, o que demonstra que a apreciação do pedido diretamente por esta Corte, tal qual como deduzido neste *writ*, suprimiria da qualificada defesa a ampla discussão em torno da necessidade da prisão domiciliar.

Mister ressaltar que o Poder Judiciário não está inerte à realidade do quadro mundial afetado pela pandemia de Covid-19, o que se pode inferir da pronta atuação do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 62/2020-CNJ, bem como mediante o olhar atento do Supremo Tribunal Federal, que, em 23/3/2020, solicitou informações aos órgãos competentes acerca das medidas que estão sendo tomadas em cada um dos presídios brasileiros, no bojo do HC n. 143.641, Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

Portanto, não identifico ilegalidade manifesta na decisão

Superior Tribunal de Justiça

impugnada. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intmem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**